

Um ornitorrinco no pensamento social brasileiro:

A trajetória da sociólogo Francisco de Oliveira
Flávio Mendes

Como citar: MENDES, F. Um ornitorrinco no pensamento social brasileiro: A trajetória da sociólogo Francisco de Oliveira. *In:* TOTTI, M. A.; CZAJKA, R. (org.). **Intelectuais, cultura e pensamento social no Brasil**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2021. p. 47-64.
DOI: <https://doi.org/10.36311/2021.978-65-5954-056-3.p47-64>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

UM ORNITORRINCO NO PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO: A TRAJETÓRIA DO SOCIÓLOGO FRANCISCO DE OLIVEIRA¹

Flávio Mendes

Num famoso prefácio que escreveu a *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, Antonio Candido cunhou uma clássica definição da importância da chamada “Geração de 1930” na história do pensamento social brasileiro. Sérgio Buarque, Gilberto Freyre e Caio Prado Jr. teriam estabelecido as bases a partir das quais o país passou a ser interpretado, num contexto em que Getúlio Vargas ampliava os esforços pela construção do Estado nacional. Em suas obras, aqueles três autores “parecem exprimir a mentalidade ligada ao sopro de radicalismo intelectual e análise social que eclodiu depois da Revolução de 1930 e não foi, apesar de tudo, abafado

¹ Este trabalho apresenta alguns resultados de pesquisa de doutorado em sociologia realizada na UNICAMP com o apoio da FAPESP (MENDES, 2015).

pelo Estado Novo” (CANDIDO, 2011, p. 9). A geração que se formou naquele período – que tem a chegada de Getúlio Vargas à presidência, em 1930, e o golpe militar, em 1964, como marcos – espelhou-se na obra e na conduta intelectual dos clássicos.

Sob essa influência e em meio ao auge do ciclo desenvolvimentista, período em que a construção da nação parecia cobrar o engajamento de todos, nomes importantes do pensamento social brasileiro apareceram. Na sociologia o destaque em geral recai sobre o eixo Rio-São Paulo: a Escola Paulista, liderada por Florestan Fernandes na Universidade de São Paulo (USP), que revelou nomes como Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni; e os intelectuais ligados ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), do Rio de Janeiro, como Guerreiro Ramos e Hélio Jaguaribe. Havia diferenças entre ambas as escolas: na USP prevalecia a busca por um elevado padrão científico, algo que influenciava até mesmo os marxistas do famoso Seminário Marx, criado em 1958 por alunos da Faculdade de Filosofia; já o ISEB era marcado por um engajamento mais nítido de seus pesquisadores no debate político nacional, sobretudo em torno de questões relacionadas ao desenvolvimento. Independente do lado, o clima do período chamava à ação política. Tanto que em 1961 os paulistas criaram o Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho (CESIT), também liderado por Florestan Fernandes. Revelava-se, assim, uma transição do sociólogo e de seus alunos: as pesquisas sobre temas culturais, que predominavam na década anterior, abriam espaço para um envolvimento maior com o clima político do período.

Essa breve introdução serve para começar a traçar uma diferença. A trajetória do sociólogo Francisco de Oliveira, tema deste trabalho, destoa um pouco desse padrão mais conhecido. Sua formação se deu em outro espaço – no Recife, sobretudo – e a partir de outros referenciais teóricos. Apenas mais tarde, já no final dos anos 1960, ele passou a fazer parte de um círculo intelectual formado majoritariamente por representantes da Escola Paulista. Esse caminho, reconstruído a seguir, fornece valiosas pistas para compreender algumas das especificidades de seu pensamento.

RECIFE, O “OLHO DO FURACÃO”

Nascido no Recife, em 1933, Francisco de Oliveira se formou em Ciências Sociais na mesma cidade durante os anos 1950. Ao longo do curso, recém-criado, ele não teve muito contato com textos dos três autores clássicos do pensamento social brasileiro. Nem mesmo Gilberto Freyre, seu conterrâneo, frequentava as bibliografias das disciplinas, reflexo de seu baixo prestígio no meio universitário recifense.² Também estavam ausentes do curso três pilares da formação sociológica: Émile Durkheim, Karl Marx e Max Weber. Àquela altura a grade curricular dos cursos de sociologia do país ainda variava muito. Só mais tarde um padrão de trabalho acadêmico e determinadas linhas de pensamento se tornariam referências em nível nacional, em grande medida a partir do exemplo da Escola Paulista. Há, portanto, uma diferença fundamental entre a formação de Francisco de Oliveira e aquela de seus futuros colegas intelectuais, quase todos formados na Faculdade de Filosofia da USP. Ao refletir sobre esse fato décadas depois, o sociólogo afirmou:

Se pudesse escolher o que gostaria de saber aos 21 anos, escolheria saber mais sobre minha área acadêmica. Meu curso era fraco, de província. Os professores eram improvisados. Queria ter tido acesso a uma bibliografia mais rica. Queria ter estudado mais Marx naquela época. Para ler Marx ou se falava alemão ou se comprava as edições panfletárias publicadas pelo Partido Comunista. Depois de formado, aos poucos fui lendo e supri minhas carências. (OLIVEIRA, 2009).

À parte certa injustiça que há em se cobrar uma igualdade entre os currículos àquela altura, ainda antes da imposição de um padrão, é interessante notar que Oliveira não compartilhou a mesma formação básica de Octavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso, por exemplo, autores com os quais manteria um diálogo constante a partir dos anos 1970. Ambos também se envolviam em leituras aprofundadas de *O Capital*, de Marx, no final dos anos 1950. Se as Ciências Sociais ainda não os aproximavam era o clima político e ideológico do país que cumpria essa

² Freyre estava ligado ao Instituto Joaquim Nabuco, mais dedicado à valorização da cultura regional, enquanto a Universidade do Recife, atual Federal de Pernambuco, alinhava-se ao projeto de modernização e centralização executado por Getúlio Vargas. Francisco de Oliveira falou sobre o tema em uma entrevista (MONTERO; MOURA, 2009, p. 149-150).

tarefa: o nacional-desenvolvimentismo e as esperanças de modernização da sociedade brasileira estavam presentes em São Paulo, no Rio de Janeiro e em Pernambuco, embora de formas diferentes. Por outros caminhos, portanto, Francisco de Oliveira se encontraria igualmente inspirado por aquele sentimento progressista, que tinha o centro-sul do país como polo irradiador. Desde a periferia ele pode identificar e viver as contradições desse programa.

Distante das obras de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda ou Caio Prado Jr., Oliveira encontraria em Celso Furtado as bases para construir sua visão sobre o Brasil. Foi também pelas mãos do economista que ele entrou no debate e na luta política por transformações estimuladas pelo ciclo desenvolvimentista no Brasil. Sobre a importância de *Formação econômica do Brasil*, maior obra de Furtado, Oliveira afirmou:

Furtado converte-se – é forte o termo – em *demiurgo do Brasil*. Ninguém, nestes anos, pensou o Brasil a não ser nos termos furtadianos. Essa obra tem uma imensa significação na história brasileira. Coloca-se, seguramente, ao lado de *Casa-grande & senzala* de Gilberto Freyre, *Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque de Holanda e *Formação do Brasil contemporâneo* de Caio Prado Jr. – obras que explicaram o Brasil aos brasileiros. A obra de Furtado, no entanto, vai além: não porque seja teoricamente superior, senão porque foi escrita *in actione*. Enquanto as anteriores explicaram e ‘construíram’ o país do passado, a de Furtado explicava e ‘construía’ o Brasil dos seus dias: era contemporânea de sua própria ‘construção’. Nenhuma obra teve a importância ideológica de *Formação econômica do Brasil* em nossa recente história social. (OLIVEIRA, 2003b, p. 19, grifos do autor).

O primeiro contato entre o jovem sociólogo pernambucano e o já consagrado economista paraibano ocorreu em 1959. Oliveira, que trabalhava na área econômica em órgãos de desenvolvimento regional, teve a oportunidade de participar de um curso de formação organizado pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), no Rio de Janeiro, liderado por Furtado. Em seguida somou-se ao restrito grupo que atendeu ao chamado do economista para participar da criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. Lançada com o apoio entusiasta do então presidente Juscelino Kubitschek, a SUDENE foi concebida como

um órgão de planejamento que tinha a tarefa de levar o desenvolvimento ao Nordeste através da industrialização. O programa do órgão se inspirava nos trabalhos de Celso Furtado sobre a economia mundial e as disparidades entre as nações chamadas subdesenvolvidas e as desenvolvidas. Esse modelo dualista foi transposto para o contexto nacional, marcado por uma grande desigualdade na divisão inter-regional do trabalho. Na SUDENE, sediada no Recife, Francisco de Oliveira foi o braço direito de Celso Furtado e viveu o “olho do furacão” da política nordestina:

Foi a melhor experiência pessoal que tive. Trabalhar no olho do furacão. Porque estava no Nordeste, eram as Ligas Camponesas de um lado, o “diabo-a-quatro” de outro, a pressão sobre a SUDENE era violentíssima. A gente estava no meio de quatro ou cinco fogos, não era apenas um lado. Tinha a Liga Camponesa de um lado e a Igreja Católica, que era muito ativa, do outro. E um movimento estudantil muito forte. A burguesia açucareira – que estava querendo retomar o tempo perdido – foi importante, os latifundiários. O Partido Comunista era forte, com um pé atrás: desconfiava do Celso [Furtado], mas apoiava. Então era um pau só. (JINKINGS et al., 2007, p. 18-19).

Apesar de Furtado ser uma referência intelectual incontornável, os jovens servidores da SUDENE também viviam sob a influência da agitada política pernambucana, onde as contradições do nacional-desenvolvimentismo eram sentidas de modo intenso. A força da esquerda naquele estado era considerável: com o apoio do PCB, Miguel Arraes, do Partido Social Trabalhista, fora eleito governador em 1962. Antes ele já ocupava a prefeitura do Recife. Ele era amigo de Francisco de Oliveira, que o visitava para discutir a política nacional após as viagens que fazia pela SUDENE ao Rio de Janeiro e à Brasília. Sem dúvida o programa de Celso Furtado para a região também animava suas conversas. Outros servidores de destaque da Superintendência também eram próximos de Arraes ou do PCB. Era o caso de Jader Andrade, membro do grupo inicial do órgão e responsável por sua diretoria de política agrária. Andrade deixou a SUDENE para assumir a Secretaria de Agricultura de Pernambuco na gestão de Arraes. Ele era amigo de Francisco de Oliveira desde o período em que trabalharam juntos no Banco do Nordeste, ainda antes da criação da SUDENE. Outro funcionário próximo dos comunistas

era Nilton Santos, irmão do geógrafo Milton Santos, responsável pelo setor de recursos humanos.³ As relações políticas, sobretudo com setores da esquerda, ajudavam a moldar Francisco de Oliveira. Formado a partir de militância católica na juventude, o sociólogo se sentia mais próximo do Partido Socialista. Porém, apesar de nunca ter se filiado ao PCB, era através das publicações deste partido que ele tinha acesso a obras de Marx.

A rica experiência na SUDENE durou pouco: em 1964, o golpe civil-militar cassou os direitos políticos de Celso Furtado, que deixou o Brasil. A Superintendência passou a sofrer a intervenção dos militares e Francisco de Oliveira acabou preso. Quando deixou a prisão, após dois meses, o sociólogo tentou regressar ao trabalho, mas percebeu que não havia mais espaço ali para ele, um “subversivo”. As atividades dos servidores se desenvolviam sob rigorosa vigilância e a permanência no Recife se tornou arriscada. O sociólogo deixou então sua cidade natal e passou pelo Rio de Janeiro e por Santiago do Chile, onde já estavam Furtado, Cardoso e outros intelectuais brasileiros. Sem espaço na capital chilena ele seguiu para a Guatemala, convidado pela CEPAL para atuar numa missão de assistência técnica, na qual trabalhou por um ano. Depois foi para o México, onde atuou no Centro de Estudos Monetários Latino-Americanos por mais dois anos. Regressou ao país apenas no final daquela década e, em seguida, recebeu o convite de Octavio Ianni para participar do recém-criado Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, o CEBRAP.

O CEBRAP: DA CRÍTICA MARXISTA À LUTA PELA DEMOCRATIZAÇÃO

Fundado em São Paulo sob a liderança de Fernando Henrique Cardoso, o CEBRAP foi criado com o objetivo de abrigar pesquisadores atingidos pela repressão. A maioria compartilhava uma formação comum na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. Muitos perderam seus cargos nessa instituição após o AI-5. Francisco de Oliveira era um estranho

³ Essas informações foram coletadas em entrevistas com antigos funcionários da SUDENE. Também me baseio em páginas de Inquérito Policial Militar nas quais são citadas as relações de Oliveira com os servidores comunistas do órgão. Este documento é repleto de exageros. Para os militares, o sociólogo era um dos responsáveis pela “cubanização da SUDENE” e por acolher as “reivindicações ‘subversivas’ dos funcionários esquerdistas e das Associações dos Servidores”. O documento ainda fala de um conflito entre Oliveira e Furtado a respeito dos mecanismos de isenção fiscal concedido ao capital do centro-sul do país, nos quais se baseava boa parte da receita do órgão. Este Inquérito pode ser acessado no arquivo digitalizado pelo projeto Brasil Nunca Mais. (BRASIL: NUNCA MAIS, processo 266, p. 5154).

no grupo, sem trajetória acadêmica e com poucos trabalhos publicados.⁴ Ele entrava para a equipe do CEBRAP graças ao seu amplo conhecimento técnico, sobretudo na área de economia, e por sua experiência vinculada ao desenvolvimento regional. Duas aptidões valorizadas por um Centro que pretendia realizar uma revisão crítica do modelo nacional-desenvolvimentista e de seu colapso a partir de uma perspectiva mais ampla, que não se restringisse a São Paulo.

Assim como Paul Singer, Francisco de Oliveira era considerado um economista no CEBRAP, onde a maioria dos pesquisadores tinha formação em sociologia.⁵ Porém, a partir da publicação do ensaio *Crítica à razão dualista*, em 1972, Oliveira rompeu qualquer tipo de barreira que a princípio pudesse existir entre ele e os mais destacados pesquisadores do Centro. Tanto que em 1974 ele passou a integrar o conselho deliberativo do CEBRAP. Seu ensaio foi muito bem recebido nos “mesões”, reuniões onde os textos dos pesquisadores do Centro eram debatidos com a participação de convidados ilustres. A discussão sobre *Crítica à razão dualista*, por exemplo, contou com a participação de Caio Prado Jr. O ensaio consolidava a ruptura de Francisco de Oliveira em relação ao nacional-desenvolvimentismo, alvo maior de sua crítica. Conceitos marxistas – como mais-valia, acumulação primitiva, luta de classes e imperialismo – apareciam como suportes para aprofundar análises que, em boa medida, os autores desenvolvimentistas já tinham esboçado sem, contudo, levá-las às últimas consequências. Era o caso da desigual divisão internacional do trabalho, tão bem percebida por Celso Furtado e Raúl Prebisch, mas incompreendida, segundo Oliveira, graças à ausência do conceito de imperialismo. Do diálogo entre seu passado desenvolvimentista e o marxismo, com o qual tinha maior contato no CEBRAP, surgiu um trabalho que parece ao mesmo tempo próximo e distante de cada um dos polos.⁶ O ensaio não se enquadra na escola da CEPAL, com a qual a ruptura é bem explícita, mas mantém um pé nela. Quanto ao marxismo, apesar do uso de muitas de suas categorias,

⁴ Seus textos de maior importância até aquele momento eram dois artigos publicados na Revista Civilização Brasileira (OLIVEIRA, 1965, 1966). No primeiro o autor critica o plano econômico dos militares ainda a partir de um referencial nacional-desenvolvimentista. No segundo, publicado um ano depois, já é notável uma ruptura em relação à Escola da CEPAL através de uma análise dos limites do planejamento econômico em sociedades capitalistas. Neste caso ele escrevia sob a influência de teses pecebistas.

⁵ “Chico era tido como economista, era um dos economistas do CEBRAP” (SINGER, 2006, p. 16).

⁶ Sobre o ensaio, Oliveira afirmou: “A *Crítica à razão dualista* tenta apanhar esses caminhos cruzados: como crítica, ela pertence ao campo marxista, e, como especificidade, ao campo cepalino.” (OLIVEIRA, 2003a, p. 128).

o autor não chega a atingir a rigidez metodológica perseguida por alguns de seus colegas de CEBRAP, entre os quais havia muitos ex-membros do Seminário Marx. Isto se deve, em parte, ao apelo à forma ensaística.

Crítica à razão dualista se tornou um clássico por agrupar num só documento o esforço de revisão crítica do passado populista-desenvolvimentista que inspirava os intelectuais de esquerda do Brasil nos anos 1970 e, também, o clima de desesperança que se sentia sob o auge da ditadura no país. No ensaio, o autor apresenta o capitalismo brasileiro como um sistema rígido, cuja dinâmica de acumulação parece determinar todos os aspectos da sociedade. A luta política, abafada pelo regime autoritário, mostrava-se incapaz de fazer frente ao avanço de um modelo de desenvolvimento que combinava crescimento econômico com aumento da desigualdade social e da concentração da renda. Para o autor, o futuro da sociedade brasileira naquele instante apontava para os extremos opostos do *apartheid* ou da revolução social (OLIVEIRA, 2003a, p. 119).

O mesmo diagnóstico é encontrado no livro *Elegia para uma re(li)gião*. Publicado em 1977, o trabalho é dedicado a avaliar a experiência da SUDENE e os seus resultados. Para Oliveira, a Superintendência desempenhou um papel fundamental para a entrada do capital do centro-sul do Brasil na região Nordeste, o que ocorreu graças a mecanismos de isenção fiscal criados ainda no pré-1964 e ampliados durante a ditadura. O processo de industrialização imaginado por Celso Furtado avançou, portanto, porém subordinado ao capital dos estados do Sul e do Sudeste, o que redefiniu a divisão inter-regional do trabalho do país sem eliminar as desigualdades regionais.

Ao longo dos anos 1970, a mudança no cenário político do país influenciaria os trabalhos de Francisco de Oliveira. O fim do milagre econômico e o anúncio da “distensão lenta, gradual e segura” revelavam fragilidades do regime autoritário e exigiam uma atuação mais firme e organizada da oposição. Foi nessa conjuntura que um dos líderes do MDB, Ulysses Guimarães, procurou intelectuais ligados ao CEBRAP e pediu o apoio para a elaboração do programa de sua anti-candidatura à presidência da república, em 1974. Entre os que aceitaram o convite estavam Francisco de Oliveira, Francisco Weffort, Luiz Werneck Vianna, Maria Hermínia Tavares e Fernando Henrique Cardoso. Apesar da cautela em relação à repressão, durante aquela década muitos pesquisadores do Centro se

abriram à vida pública e à militância. Mais uma vez a atividade intelectual era atravessada pela esfera política, sobretudo dentro da esquerda. Entre os veículos que faziam a ponte entre esses dois espaços estavam os jornais da chamada imprensa alternativa, com destaque para o *Opinião* e o *Movimento*, em cujas redações se encontravam militantes comunistas ou ex-comunistas, envolvidos na luta armada, emedebista e intelectuais de diferentes lugares. Francisco de Oliveira teve intensa participação em ambos e fez parte do grupo que rompeu com *Opinião* para fundar *Movimento* (AZEVEDO, 2011, p. 145-157). Os artigos que publicava nesses jornais revelavam uma aposta cada vez maior na luta política pela democratização.

OS ANOS 1980 E A BUSCA PELO NOVO

No final daquela década, a Lei da Anistia e a permissão para o registro de novos partidos políticos agitariam ainda mais a conjuntura do país. A volta de antigas lideranças, como Miguel Arraes, animava parte da oposição. Mas a grande novidade seria mesmo a criação do Partido dos Trabalhadores, impulsionado pelos movimentos sociais que ganhavam espaço em meio à crise do regime autoritário. O novo partido reunia boa parte das forças políticas de esquerda organizadas no país: alas progressistas da Igreja; ex-militantes da luta armada, distantes do tradicional PCB; e o novo sindicalismo paulista, liderado por Luiz Inácio Lula da Silva. A essas forças se somaram políticos já estabelecidos do MDB e muitos intelectuais que, àquela altura, apostavam na criação de uma organização mais alinhada à esquerda.⁷ Francisco de Oliveira seguiu este caminho, à revelia de alguns de seus colegas de CEBRAP, como Fernando Henrique Cardoso, que defendiam a unidade da oposição no MDB. Naquele momento, porém, a divergência ainda não era um empecilho ao convívio intelectual. Ao contrário: havia respeito e apoio mútuos.⁸

O engajamento de Francisco de Oliveira e muitos outros intelectuais na luta pela democratização provocou mudanças importantes nas Ciências Sociais brasileiras. A aposta na política tirou um pouco o foco

⁷ Para uma discussão sobre as forças políticas e sociais que contribuíram para a criação do PT, ver Secco (2012, p. 26-31).

⁸ Poucos anos depois, Francisco de Oliveira publicaria um artigo em que defendia a criação de um partido capaz de representar os interesses da classe média brasileira e de disputá-la mais à esquerda. Entre as lideranças sugeridas para fundar a nova organização estava o nome de seu colega, Fernando Henrique Cardoso. O texto exaltava o projeto do PSDB, fundado logo em seguida (OLIVEIRA, 1987b).

da estrutura econômica, privilegiada nas análises dos anos 1970, e deu maior destaque às discussões sobre o Estado e suas instituições, os novos movimentos sociais e partidos. Muitas referências foram revistas: uma vertente do marxismo, considerada mais dura, cedeu espaço para autores conhecidos por privilegiarem a análise da superestrutura em detrimento da infraestrutura.⁹ Francisco de Oliveira viveu a seu modo essa transição. Sua mudança de referencial se consolidou durante um estágio de pesquisa realizado na França, entre 1982 e 1984. Naquele biênio o autor se dedicou à leitura de trabalhos da Teoria da Regulação, de nomes como Michel Aglieta e Robert Boye. Também teve contato com textos de Jürgen Habermas e Claus Offe, estudiosos das mudanças no mundo do trabalho e na sociabilidade durante o século XX; e Adam Przerworski, pesquisador dedicado à história da social-democracia. A mudança teórica era inspirada pela nova conjuntura política do Brasil, mas não só: no breve período em que esteve na França, Oliveira conheceu e se surpreendeu com as virtudes da social-democracia, no exato momento em que o socialista François Mitterrand chegava à presidência do país. Sobre aquela experiência, ele resumiu:

Não foi, portanto, um intercâmbio intelectual com a universidade francesa, mas foi esse impacto do Estado de bem-estar. A questão dos direitos dos trabalhadores e desse Estado de bem-estar, que é, na maioria das interpretações, visto como uma concessão. Eu tentei revirar a página, quer dizer: isso tudo é produto de uma luta de classes histórica, acumulação. Foi um impacto, e você precisa estar aberto para entender as novas experiências. Eu via alguns amigos meus lá, brasileiros, que tiravam o que podiam do Estado francês. Eu não tirava porque eu era acanhado. Até férias eles tiravam. Aquilo realmente me impactou. Foi uma visão completamente nova, e eu comecei a prestar atenção. (RIDENTI; MENDES, 2012, p. 611).

Aquela realidade inspirou uma ousada transformação nos textos de Oliveira. Antes mais preocupado com o peso das determinações econômicas sobre a estrutura social, o autor passou a destacar o peso das lutas políticas sobre o avanço do capitalismo. No caso europeu, a pressão dos trabalhadores permitira o surgimento do Estado de bem-estar social, enquanto, no Brasil, o autoritarismo e uma estrutura de classes particular

⁹ Entre eles, os de maior destaque talvez sejam Edward P. Thompson e Cornelius Castoriadis.

travaram a possibilidade de um processo semelhante. Esse é o tema do livro *O elo perdido: classe e identidade de classe* (1987a), dedicado à formação da estrutura de classes e de sua representação política na Bahia. Escrito durante o estágio de pesquisa na França, o texto tenta decifrar quais elementos históricos, comuns a todo o Brasil, impediram um desenvolvimento da luta de classes nos moldes dos países em que a social-democracia deu certo. Para o autor, as marcas da escravidão e da precoce financeirização da economia baiana tornaram obscuros o conflito e a identidade de classes. A criação da Petrobrás nos anos 1950 transformou a estrutura social do estado, mas impediu novamente o reconhecimento do conflito de classes, obscurecido pelo consenso nacionalista e estatista. O avanço do mercado informal de trabalho a partir de 1964 aprofundou o abismo entre a estrutura de classes e sua representação política. O mesmo assunto foi retomado em “Medusa ou as classes médias e a consolidação democrática” (1988b), artigo no qual Oliveira apresenta a hipótese de que a complexa estratificação social brasileira favorece uma super-representação política dos setores médios.

Além de debater a estrutura de classes, Oliveira deu destaque a aspectos econômicos, mas com um novo olhar: ele lançou o polêmico conceito de antivalor, usado para definir o modo como o fundo público controlado pelo Estado entrava na equação da acumulação capitalista (OLIVEIRA, 1988a). Mais tarde o autor sugeriu, também de modo controverso, que existiria um modo de produção social-democrata (1993a). Em ambos os casos seu objetivo era provocar um debate no interior da esquerda, segundo ele ainda muito atrelada à teoria do capitalismo monopolista de Estado, que não enxergava neste nada além de um agente inteiramente subordinado à lógica da acumulação capitalista. O que o sociólogo propunha, numa ruptura com a abordagem que ele mesmo adotara na década anterior, era que a ação do Estado como regulador de processos sociais e econômicos que não poderiam ser administrados privadamente abria uma importante brecha política. E esta deveria ser explorada pela esquerda: “A dialética do processo resulta em que ele [o Estado] é urdido para assegurar os interesses privados, mas só o pode fazer, somente se torna eficaz se eles se transformarem em interesses gerais, públicos” (OLIVEIRA, 1993a, p. 138). Daí a possibilidade de que sua ação fosse disputada pelos trabalhadores a favor da ampliação de direitos sociais, tal qual ocorrera em parte dos países europeus ao longo do século

XX. Por trás de sua reflexão estava o conceito de fundo público, tomado de empréstimo da Teoria da Regulação:

O conceito de fundo público tenta trabalhar essa nova relação na sua contraditoriedade. Ele não é, portanto, a expressão apenas de recursos estatais destinados a sustentar ou financiar a acumulação de capital; ele é um “*mix*” que se forma dialeticamente e representa na mesma unidade, contém na mesma unidade, no mesmo movimento, a razão do Estado, que é sociopolítica, ou pública, se quisermos, e a razão dos capitais, que é privada. O fundo público, portanto, busca explicar a constituição, a formação de uma nova sustentação da produção e da reprodução do valor, introduzindo, mixando, na mesma unidade, a forma valor e o antivalor, isto é, um valor que busca a mais-valia e o lucro, e uma outra fração, que chamo antivalor, que por não buscar valorizar-se *per se*, pois não é capital, ao juntar-se ao capital, sustenta o processo de valorização do valor. Mas só pode fazer isso com a condição de que ele mesmo não seja capital, para escapar, por sua vez, às determinações da forma mercadoria e às insuficiências do lucro enquanto sustentação da reprodução (OLIVEIRA, 1993a, p. 139).

As posições que Francisco de Oliveira defendia em seus textos guardavam relação com sua militância política no PT. Para o sociólogo, o partido deveria ter um papel fundamental na organização da luta pela disputa do Estado e do fundo público, por reformas sociais e pela criação de um modelo mais próximo da social-democracia, distante, portanto, do “Estado de mal-estar social” que prevalecia na história do país. Para ele a redemocratização abria uma chance inédita neste sentido.

A aposta de Francisco de Oliveira neste caminho era ainda grande em 1993, quando o autor expressou seu otimismo em relação à experiência da câmara setorial da indústria automobilística da região do ABC paulista. Em meio à crise econômica que prejudicava as empresas montadoras e seus trabalhadores, ameaçados de demissão, empresários e sindicatos se reuniram com representantes do Estado para pensar um plano de resgate do setor, o que levou ao chamado Acordo das Montadoras. Dele faziam parte o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC de São Paulo, vinculado à Central Única dos Trabalhadores (CUT) e ao PT, os empresários do ramo automobilístico e os governos estadual e federal.

As primeiras medidas propostas pelo acordo revelavam uma postura defensiva de ambos os lados. Prevalciam as isenções fiscais oferecidas pelo Estado para impulsionar o reaquecimento do setor. Diante do sucesso quase imediato dessa primeira iniciativa, o acordo avançou no sentido do que Oliveira batizou de “antagonismo convergente”, ou seja, o reconhecimento da parte de trabalhadores e empresários de que o diálogo e o conflito poderiam ser mutuamente benéficos. As novas negociações “passaram a incluir metas pactuadas de expansão da produção, criação de novos empregos, modernização do parque produtivo, popularização dos produtos e abertura comercial do setor” (1993b, p. 5). Para além dos ganhos econômicos, o que o autor destacava de positivo nessa experiência era o reconhecimento do conflito como constituinte das relações capital-trabalho. Como tudo ocorria no setor mais dinâmico da indústria nacional e com bons resultados, esperava-se que pudesse influenciar iniciativas similares em todo o país. Porém aquela experiência, que parecia transformar em realidade as esperanças de Francisco de Oliveira, não durou muito.

O “DESMANCHE NEOLIBERAL”

Em 1994, a eleição de seu ex-colega Fernando Henrique Cardoso para a presidência definiu um rumo diverso para a política econômica do país. A disputa entre os que defendiam a manutenção do modelo nacional-desenvolvimentista, em crise desde os anos 1970, e aqueles que preconizavam uma linha mais liberal na área econômica parecia finalmente vencida por este segundo grupo. O controle da inflação, grande vilã do período, era a maior prioridade da política econômica de Cardoso. Sua execução exigiu uma onda de privatizações e cortes no orçamento do Estado, além de arrocho salarial e estagnação. Aquelas medidas seguiam na contramão da aposta de Francisco de Oliveira na ampliação do espaço público, do conflito legítimo entre trabalhadores e empresários e na garantia do papel do Estado como financiador não apenas da acumulação capitalista, mas também de um conjunto de direitos sociais.

A decepção diante do governo de Fernando Henrique Cardoso transformou Francisco de Oliveira num dos mais destacados críticos de seu mandato e do avanço do neoliberalismo no país. As diferenças

entre PT e PSDB faziam eco no interior do CEBRAP, dividido entre pesquisadores que apoiavam cada um dos partidos. Oliveira, que ingressara como docente no Departamento de Sociologia da USP em 1989, deixou o CEBRAP em 1995.¹⁰ No mesmo ano, ao lado de Maria Célia Paoli, Vera Telles e outros pesquisadores, ele participou da fundação do *Núcleo de Estudos dos Direitos da Cidadania* (NEDIC).¹¹ A produção desse grupo privilegiava o debate sobre o espaço público, a cidadania, a participação política e a democracia. O filósofo francês Jacques Rancière era uma grande influência, sobretudo a partir de seu livro publicado no Brasil com o título *O descentendimento* (1996), do qual era retirada a noção de anulação da política que sustentava boa parte da crítica ao neoliberalismo no Brasil. Para Francisco de Oliveira, o avanço dessa agenda teria provocado um desmanche do espaço público e reduzido o debate político a questões que não tocavam no modelo econômico. Ao contrário do que ele esperava no final dos anos 1980, não foi a política que dominou a economia, mas o contrário: ao final dos anos 1990, era a economia que parecia ter colonizado todos os aspectos da vida social e política do país. Algo que ele batizou de “totalitarismo neoliberal” (OLIVEIRA, 2000).

Ao término dos dois mandatos presidenciais de Fernando Henrique Cardoso, a decepção de Francisco de Oliveira em relação às promessas da Nova República era enorme. Nem mesmo a eleição de Lula para a presidência, no final de 2002, foi capaz de lhe inspirar algum otimismo. Ao longo da campanha eleitoral o sociólogo já enxergava muitos sinais de que o PT estava disposto a fazer muitas concessões para conquistar o Palácio do Planalto. No final de 2003, seu distanciamento em relação às ideias do partido culminou no seu desligamento da organização.¹²

A resignação política veio acompanhada pelo estranhamento sociológico. Para Oliveira, o Brasil chegara aos anos 2000 marcado por

¹⁰ Sobre a divisão política e intelectual no interior do CEBRAP, Oliveira afirmou: “Eles não admitiam – o Giannotti, a Elza Berquó – que alguém do CEBRAP, que tinha convivido com o Fernando Henrique, não votasse nele. E aí se abriu um conflito, ficou aberto. E foi uma fase péssima do Giannotti, porque ele assumiu um antimarxismo militante, que não é o caso dele. Ele conhece bem Marx, muito melhor do que eu. O Fernando Henrique já estava fora, em 1995, então a luta, que era surda e bastante encoberta, ficou descarada. E o Giannotti tomou a si a tarefa de expulsar o grupo marxista do CEBRAP. Era um grupo que eu coordenava não como grupo, coordenava intelectualmente. Fazia discussões” (RIDENTI; MENDES, 2012, p. 612).

¹¹ Em 1999 o “núcleo” passou a ser chamado de “centro” (CENEDIC).

¹² O ato foi anunciado em carta publicada pelo jornal Folha de S. Paulo em 14/12/2003.

profundas contradições, sublinhadas num ensaio em que recorreu à metáfora do ornitorrinco (2003a). O país, já moderno, apresenta alto índice de urbanização combinado a um dinâmico *agrobusiness*; um setor industrial completo, nos moldes da Segunda Revolução Industrial, apoiado num mercado de trabalho majoritariamente informal; estrutura de serviços variada para os setores de alta renda e primitiva para os de baixa renda; um sistema financeiro atrofiado, mas responsável por uma parcela significativa do PIB. Tudo isso combinado com uma dívida externa e interna elevada. A democracia se consolidou, mas manteve distante da política a maior parte da população, presa a um mundo do trabalho reestruturado que trava o reconhecimento da identidade e a passagem ao conflito. Assim, ao contrário dos tempos da teoria do subdesenvolvimento, quando ele enxergava uma porta para a transformação, a realidade do Brasil moderno aparece ao autor como um tempo de incertezas e pouca ou nenhuma capacidade de escolha. Um impasse evolutivo.¹³

Os últimos trabalhos de Francisco de Oliveira expressam um difícil equilíbrio entre o pessimismo da razão e o otimismo da vontade. Eles apontam para a busca de novos referenciais teóricos em meio a uma “era de indeterminação” (OLIVEIRA, 2007), na qual um governo de esquerda parecia defender os interesses da classe dominante, numa espécie de “hegemonia às avessas” (2010). Seus ensaios, repletos de novos conceitos e provocações, não escondiam o desejo de identificar quais atores e formas de participação política poderiam se manifestar na sociedade brasileira do século XXI. Neste contexto, partidos e sindicatos em crise abriam espaço para outros modos de organização, os quais teriam a difícil tarefa de incluir e representar setores que vivem à parte da política tradicional, como a grande massa de trabalhadores informais. O diagnóstico da crise da esquerda e a busca por caminhos para superá-la eram objetivos que moldavam seus últimos ensaios. Esse horizonte é compartilhado por outros pesquisadores do CENEDIC, espaço onde o sociólogo, falecido em 2019, permanece como uma referência intelectual importante.

¹³ O texto também traz uma sugestão polêmica: a de que as capas mais altas dos trabalhadores sindicalizados assumiram a forma de uma nova classe, responsável pela administração de volumosos e lucrativos fundos de previdência (2003a, p. 146-150). Essa hipótese provocou um importante debate no interior da esquerda brasileira, não obstante as inúmeras ressalvas levantadas a respeito da ideia de uma “nova classe”.

CONCLUSÃO

A trajetória de Francisco de Oliveira resume bem vários momentos da atuação dos intelectuais de esquerda no Brasil durante o século XX. O engajamento nos esforços nacional-desenvolvimentistas, no pré-1964, e a crítica posterior ao seu colapso; a luta contra a ditadura civil-militar e o envolvimento na campanha pela redemocratização da sociedade; a esperança em torno dos novos movimentos sociais e do PT; o combate ao avanço do neoliberalismo; e, por fim, a tentativa de compreender as transformações que a própria esquerda sofreu ao longo de sua trajetória até a chegada à presidência com Lula, em 2003, e a crise de suas formas tradicionais de organização. No caso de Oliveira, cada um desses momentos parece ter conduzido a decepções, inevitáveis para alguém que neles se engajou com tanta paixão. Essa sucessão de projetos políticos e intelectuais interrompidos à sua revelia, pela força da história, imprime sua marca na produção sociológica do autor, que para ele mesmo é “assistemática”, com pistas exploradas e outras abandonadas (JINKINGS et al., 2007, p. 37). Cada momento de frustração colocou em xeque projetos de nação que Oliveira nunca abandonou por completo, algo natural para um intelectual formado no calor do ciclo nacional-desenvolvimentista. Para Roberto Schwarz, seu amigo e crítico, o tema do desenvolvimento talvez nunca tenha desaparecido por completo do horizonte de Francisco de Oliveira, mesmo depois de deixar a pauta dos debates nacionais:

Nada mais distante do Autor que os sonhos de Brasil-potência e que o desejo de passar a perna nos países vizinhos. Contudo é possível que, em versão sublimada, o seu recorte permaneça tributário do aspecto competitivo dos esforços desenvolvimentistas. Por outro lado, como não seria assim? Num sistema mundial de reprodução das desigualdades, como não disputar uma posição melhor, mais próxima dos vencedores e menos truncada? (SCHWARZ, 2003, p. 20).

Sua obra espelha uma série de evoluções truncadas da sociedade brasileira. Como tal, talvez ela também se assemelhe a um ornitorrinco. Suas imperfeições não impedem, porém, que ela seja um exemplar valioso dos desafios e acidentes que marcam a trajetória do pensamento social de esquerda no Brasil. Se este comumente se desenvolve a partir da tensão entre

a razão e a paixão, entre um lado cognitivo e outro normativo (BASTOS; RÊGO, 1999), o exemplo de Francisco de Oliveira não foge à regra.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Carlos. *Jornal Movimento: uma reportagem*. Belo Horizonte: Manifesto, 2011.
- BASTOS, Elide Rugai; RÊGO, Walquíria Domingues Leão. *Intelectuais e política: a moralidade do compromisso*. São Paulo: Olho d'Água, 1999.
- BRASIL: NUNCA MAIS DIGITAL. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/>. Acesso em: 15 dez. 2020.
- CANDIDO, Antonio. Prefácio. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 9-21.
- JINKINGS, Ivana; RIDENTI, Marcelo; MAAR, Wolfgang Leo. Entrevista: Francisco de Oliveira. *Margem Esquerda*, São Paulo, Boitempo, n. 10, nov. 2007.
- MENDES, Flávio da Silva. *O ovo do ornitorrinco: a trajetória de Francisco de Oliveira*. 2015. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas, 2015.
- MONTERO, Paula; MOURA, Flávio (org.). *Retrato de grupo: 40 anos do Cebrap*. São Paulo: Cosac Naify, 2009.
- OLIVEIRA, Francisco de. A economia política da social-democracia. *Revista USP*, São Paulo, n. 17, 1993a.
- OLIVEIRA, Francisco de. A longa espera de Giovanni Drogo. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 19, dez. 1987b.
- OLIVEIRA, Francisco de. *A navegação venturosa: ensaios sobre Celso Furtado*. São Paulo: Boitempo, 2003b.
- OLIVEIRA, Francisco de. *A noiva da revolução: elegia para uma re(li)gião*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- OLIVEIRA, Francisco de. Condições institucionais do planejamento. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 5-6, p. 39-47, 1966.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à Razão Dualista: o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003a.
- OLIVEIRA, Francisco de. Hegemonia às avessas. In: OLIVEIRA, F.; BRAGA, R.; RIZEK, Cibele Saliba (org.). *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 21-28.

- OLIVEIRA, Francisco de. Medusa ou as classes médias e a consolidação democrática. In: REIS, Fabio Wanderley; O'DONNELL, Guillermo (org.). *A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas*. São Paulo: Vértice, 1988b. p. 282-295.
- OLIVEIRA, Francisco de. *O elo perdido: classe e identidade de classe*. São Paulo: Brasiliense, 1987a.
- OLIVEIRA, Francisco de. O Plano de Ação Econômica do Governo Castello Branco: por que não terá êxito. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 1, p. 114-128, 1965.
- OLIVEIRA, Francisco de. O sociólogo Francisco de Oliveira fala o que queria saber aos 21 anos. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 23 nov. 2009.
- OLIVEIRA, Francisco de. O surgimento do antivalor. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 22, out. 1988a.
- OLIVEIRA, Francisco de. Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento. In: OLIVEIRA, Francisco de; RIZEK, Cibele Saliba (org.). *A Era da Indeterminação*. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 15-45.
- OLIVEIRA, Francisco de. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In: OLIVEIRA, Francisco de; PAOLI, Maria Célia (org.). *Os sentidos da democracia*. São Paulo: Vozes, 2000. p. 55-81.
- OLIVEIRA, Francisco de. Quanto melhor, melhor: o acordo das montadoras. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 36, jul. 1993b.
- RIDENTI, Marcelo; MENDES, Flávio da S. Do dualismo ao ornitorrinco: entrevista com Francisco de Oliveira. *Caderno CRH*, Salvador, v. 25, n. 66, p. 601-622, set./dez. 2012.
- RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento*. São Paulo: Ed. 34, 1996.
- SCHWARZ, Roberto. Prefácio com perguntas. In: OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à Razão Dualista: o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003. p. 11-23.
- SECCO, Lincoln. *História do PT*. 3. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2012.
- SINGER, Paul. Crítica e rememoração. In: RIZEK, Cibele Saliba; ROMÃO, Wagner Melo. *Francisco de Oliveira: a tarefa da crítica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p. 15-19.